

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.780.752 - MS (2018/0303343-6)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
RECORRENTE : CARLOS AUGUSTO ESPINOSA  
ADVOGADOS : WAGNER LEÃO DO CARMO - MS003571  
LUCIVAL BENTO PAULINO FILHO - MS020998  
RECORRIDO : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PROCURADORES : NATHÁLIA DOS SANTOS PAES DE BARROS E  
OUTRO(S) - MS010233  
NORTON RIFFEL CAMATTE - MS007128B

## DECISÃO

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO QUE INDEFERIU PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ROL DO ART. 1.015 DO CÓDIGO FUX. INTERPRETAÇÃO AMPLIATIVA. TEMA 988/STJ. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO. APLICAÇÃO DA TESE PARA AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS PROFERIDAS APÓS A PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

1. Trata-se de Recurso Especial interposto por CARLOS AUGUSTO ESPINOSA, fundado na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, contra acórdão do egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, de fls. 55/62, assim ementado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ORDINÁRIA – PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO, SUSCITADA EM CONTRARRAZÕES RECURSAIS – ALEGAÇÃO DE NÃO CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – ROL DO ARTIGO 1.015, DO CPC/2015 – DECISÃO QUE INDEFERE PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL – RECURSO INADMISSÍVEL, SALVO SE DEMONSTRADA A ESSENCIALIDADE DA PROVA OU O PERIGO DA NÃO REALIZAÇÃO – EXCEPCIONALIDADES NÃO DEMONSTRADAS – AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*Ainda que não haja definição sobre o tema (a questão foi afetada sob a sistemática dos recursos repetitivos), o STJ, em recentes decisões, vem adotando interpretação restritiva, no sentido de não ser cabível o Agravo, quanto aos temas de competência de produção de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*provas, cogitando-se entendimento diverso se houver evidências de perigo contra a parte requerente ou de essencialidade da prova.*

*Agravo não conhecido.*

2. Alega a parte recorrente negativa de vigência aos arts. 1.015, 369, 370, 371 e 464 do Código Fux. Afirma que esse STJ já decidiu em recurso representativo de controvérsia que o rol do artigo 1.015 do Código Fux não é taxativo. Argumenta, outrossim, que a produção de provas no presente caso é de extrema relevância e urgência, motivo pelo qual se torna totalmente viável a interposição de Agravo de Instrumento contra a decisão de indeferimento.

3. Com as contrarrazões (fls. 73/84), o recurso foi admitido às fls. 92/95.

4. É o relatório.

5. O recurso não comporta provimento.

6. Esta Corte já teve a oportunidade de apreciar essa questão referente ao rol do art. 1015 do Código Fux no julgamento do Recurso Especial Representativo da Controvérsia 1.704.520/MT (Tema 988), no qual foi fixada tese no sentido de interpretar como “taxatividade mitigada”.

7. No entanto, na modulação do referido julgamento, ficou definido que essa taxatividade mitigada somente deve ser observada para as decisões interlocutórias proferidas após a publicação do referido acórdão ocorrida em 19.12.2018. Confira-se, a propósito, o aludido precedente:

*"RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. NATUREZA JURÍDICA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. IMPUGNAÇÃO IMEDIATA DE DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO PREVISTAS NOS INCISOS DO REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL. POSSIBILIDADE. TAXATIVIDADE MITIGADA. EXCEPCIONALIDADE DA IMPUGNAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES*

# *Superior Tribunal de Justiça*

## *PREVISTAS EM LEI. REQUISITOS.*

*1- O propósito do presente recurso especial, processado e julgado sob o rito dos recursos repetitivos, é definir a natureza jurídica do rol do art. 1.015 do CPC/15 e verificar a possibilidade de sua interpretação extensiva, analógica ou exemplificativa, a fim de admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que verse sobre hipóteses não expressamente previstas nos incisos do referido dispositivo legal.*

*2- Ao restringir a recorribilidade das decisões interlocutórias proferidas na fase de conhecimento do procedimento comum e dos procedimentos especiais, exceção feita ao inventário, pretendeu o legislador salvaguardar apenas as 'situações que, realmente, não podem aguardar rediscussão futura em eventual recurso de apelação'.*

*3- A enunciação, em rol pretensamente exaustivo, das hipóteses em que o agravo de instrumento seria cabível revela-se, na esteira da majoritária doutrina e jurisprudência, insuficiente e em desconformidade com as normas fundamentais do processo civil, na medida em que sobrevivem questões urgentes fora da lista do art. 1.015 do CPC e que tornam inviável a interpretação de que o referido rol seria absolutamente taxativo e que deveria ser lido de modo restritivo.*

*4- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria taxativo, mas admitiria interpretações extensivas ou analógicas, mostra-se igualmente ineficaz para a conferir ao referido dispositivo uma interpretação em sintonia com as normas fundamentais do processo civil, seja porque ainda remanescerão hipóteses em que não será possível extrair o cabimento do agravo das situações enunciadas no rol, seja porque o uso da interpretação extensiva ou da analogia pode desnaturar a essência de institutos jurídicos ontologicamente distintos.*

*5- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria meramente exemplificativo, por sua vez, resultaria na ripristinação do regime recursal das interlocutórias que vigorava no CPC/73 e que fora conscientemente modificado pelo legislador do novo CPC, de modo que estaria o Poder Judiciário, nessa hipótese, substituindo a atividade e a vontade expressamente externada pelo Poder Legislativo.*

*6- Assim, nos termos do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, fixa-se a seguinte tese jurídica: O rol do art. 1.015 do CPC é de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.*

*7- Embora não haja risco de as partes que confiaram na absoluta taxatividade com interpretação restritiva serem surpreendidas pela tese jurídica firmada neste recurso especial repetitivo, eis que somente se cogitará de preclusão nas hipóteses em que o recurso eventualmente interposto pela parte tenha sido admitido pelo Tribunal, estabelece-se neste ato um regime de transição que modula os efeitos da presente decisão, a fim de que a tese jurídica somente seja aplicável às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do presente acórdão.*

*8- Na hipótese, dá-se provimento em parte ao recurso especial para determinar ao TJ/MT que, observados os demais pressupostos de admissibilidade, conheça e dê regular prosseguimento ao agravo de instrumento no que tange à competência.*

*9- Recurso especial conhecido e provido" (REsp. 1.704.520/MT, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, CE - CORTE ESPECIAL, Data do Julgamento 5.12.2018, DJe 19.12.2018).*

8. No caso dos autos, a decisão interlocutória atacada foi proferida antes da publicação do acórdão prolatado no supracitado recurso repetitivo, motivo pelo qual deve que ser mantido o entendimento do acórdão recorrido quanto ao não cabimento do Agravo de Instrumento.

9. Ante o exposto, nega-se provimento ao Recurso Especial de CARLOS AUGUSTO ESPINOSA.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR